

Famílias mantêm sua força na Constituinte

Oligarquias levam a pior em Minas, Bahia, Ceará e Goiás, mas resistem no R. G. do Norte

A renovação parlamentar, de quase 70% na Câmara, pode ter trazido novos nomes ao Congresso. Os sobrenomes, contudo, repetem-se como há décadas, perpetuando o domínio político de tradicionais oligarquias de norte a sul do País. Mesmo os grandes derrotados das últimas eleições, como o ministro Carlos Magalhães, garantiram a presença de seus sobrenomes na Constituinte, elegendo parentes próximos para o Legislativo. Em Pernambuco, o manto protetor da vinculação familiar garantiu a vitória, só no PMDB, de seis dos quatorze parlamentares que representarão o Estado na Constituinte. Do Espírito Santo, vem o casal Gerson e Rita Camata. De Goiás, Irapuan e Lúcia Vânia Costa, sem falar no governador eleito Henrique Santillo, que levou à Assembléia Legislativa seu irmão Romualdo. No Rio Grande do Norte, as famílias Maia e Alves elegeram, juntas, nada menos que dois senadores e dois deputados federais. No Piauí, a dispersão



das oligarquias do Estado entre diferentes partidos garantiu a manutenção das posições de comando político. Só o governador eleito, senador Alberto Silva, apresentou-se às urnas levando a tiracolo um filho, um sobrinho e um genro, todos candidatos a cargos legislativos. O ex-governador Lucílio Portela também conseguiu eleger a mulher, Myriam, para a Câmara Federal, além de um sobrinho para a Assembléia Legislativa. A exceção à regra foi Minas Gerais, onde as famílias tradicionais da política amargaram uma grande derrota eleitoral. O deputado Israel Pinheiro Filho, cujo pai foi governador, teve que se contentar com uma suplência, enquanto outros parentes de políticos todo-poderosos da terra, como Bias Fortes, Pío Canedo e Carlos Eloy, não conseguiram se eleger. Outra exceção é o Estado de Rondônia, onde — talvez pela falta de tradição política — a única tentativa neste sentido não chegou a dar certo.

PERNAMBUCO

Parentesco faz seis federais

Recife — Em Pernambuco, o PMDB foi, de longe, o campeão em termos de constituintes eleitos sob o manto protetor da vinculação familiar a políticos já consolidado no processo. Enquanto que no PFL apenas um dos eleitos tem essa espécie de vinculação, no PMDB são seis dos quatorze parlamentares que vão à Assembléia Nacional Constituinte.

O caso mais notório nas eleições pernambucanas de 15 de novembro passado foi o do ex-senador e atual presidente da Caixa Econômica, Marco Freire, que se supunha desgastado eleitoralmente, por conta de brigas internas na cúpula de seu partido. Mas assim não aconteceu. Freire não só conseguiu assegurar a permanência de seu cunhado José Carlos Vasconcelos na Câmara Federal como ainda elegeu o seu filho, Luiz Freire, de apenas 28 anos, que deixa a Assembléia Legislativa e passa para a Assembleia Nacional Constituinte.

Na bancada peemedebista pernambucana há, ainda, os casos do recém-eleito Wilson Campos, ex-senador, cassado no governo Gelsei, que viu seu filho, Carlos Wilson eleito vice-governador e ainda ocupou sua cadeira na Câmara dos Deputados, após um período de quatro anos na Assembléia Legislativa.

Outro caso a destacar é o do jovem deputado Fernando Bezerra Coelho, sobrinho do falecido senador Nilo Coelho, que, de secretário de Governo de Roberto Magalhães passou para o PMDB, rompeu politicamente com parte de sua poderosa família em Petrolina, e, numa acirrada disputa com seu próprio tio Oswaldo, chegou à Constituinte, embora tenha também aquele seu parente assegurado a cadeira que já ocupava na Câmara Federal, sob o PFL.

O ex-ministro Fernando Lyra, por sua vez, embora o mais votado do PMDB para a Constituinte não conseguiu reeleger seu pai, o deputado estadual João Lyra, derrotado até na terra natal da família, Caruaru. O também constituinte Harlan Gadelha Filho, na sua eleição teve decisivo respaldo político de seu pai, o prefeito da cidade de Golânia. Harlan Gadelha, O novo parlamentar, dos mais jovens da bancada, vem de um mandato estadual, ocupando a vice-liderança do PMDB na Assembléia Legislativa.

BAHIA

Ministro faz o mais votado

Salvador — Três dos mais tradicionais caciques da política baiana elegeram familiares para a Assembléia Nacional Constituinte: os senadores Luiz Viana Filho e Jutahy Magalhães e o ministro Antônio Carlos Magalhães. Se não obtiveram nas urnas os resultados que esperavam, tendo seu candidato a governador Josaphat Marinho sido fragorosamente derrotado e suas pretensões em termos de eleição de uma bancada de pelo menos 10 deputados federais terem se reduzido à metade, o ministro Antônio Carlos conseguiu atingir pelo menos um objetivo: eleger o seu filho, deputado estadual Luis Eduardo Magalhães, como o mais votado deputado federal da Bahia, com mais de 160 mil votos.

O PMDB, que conseguiu eleger 25 dos 39 deputados federais da bancada estadual, teve como mais votado o suplente de senador Luiz Viana Neto, filho de um dos caciques mais famosos da política estadual, o senador

Luiz Viana Filho. Eleito com mais de 62 mil votos, Luiz Viana Neto, empresário do setor da construção civil e diretor da TV Aratu, a mais influente do estado, nunca se deu bem com o ministro das Comunicações, mesmo no tempo em que foi seu vice-governador, de 1979-82. Na Câmara pretende engrossar as fileiras dos deputados que vão defender a ampliação do pólo petroquímico de Camaçari, numa briga particular que travam a Bahia e o Rio de Janeiro. Além disso, Luiz Viana Neto vai apresentar projetos visando o desenvolvimento agrícola da região de Sobradinho, às margens do Rio São Francisco, principal reduto eleitoral dos "bianistas".

Se Antônio Carlos Magalhães e o senador Luiz Viana Filho conseguiram colocar seus filhos como os mais votados a deputado federal, não ficou atrás o senador Jutahy Magalhães que, aliás, parece ter sido, dos três, o mais bem sucedido. De senador bíblico pelo PDS, Jutahy Magalhães passou a senador eleito pela vontade do povo e pelo PMDB nas últimas eleições. Contra si, uma campanha cheia de veneno, com denúncias diárias durante todo o processo eleitoral, trabalhada com atenção especial por Antônio Carlos Magalhães, que queria vê-lo derrotado. Além de se eleger senador, Jutahy reelegeu o seu filho, deputado federal entre os seis primeiros do PMDB.

Quem não teve muita sorte foi o senador Lomanto Júnior. Perdeu feio a eleição para o Senado e quase não reelege seu filho, Leur Lomanto, deputado federal. Leur ficou entre os últimos colocados do PFL.

MINAS GERAIS

Um casal entre os mais votados

Belo Horizonte — Minas surge provavelmente como uma das poucas exceções nacionais no quadro da Constituinte, com os coronéis, as oligarquias e até as famílias tradicionais amargando uma grande derrota com os resultados oficiais de quinze de novembro, quando quase 8 milhões de mineiros escolheram seus deputados, senadores, governadores e vice-governador.

O deputado Israel Pinheiro Filho, o israelzinho pinheiro, filho do ex-governador Israel Pinheiro, também construtor de Brasília, que carregava a força da família e agora teve de se contentar com uma suada e sofrida, porém honrosa primeira suplência, afirma que Minas nunca teve oligarquias como no Nordeste ou o coronelismo forte de outros estados e que entre os mineiros o que houve foi uma grande derrota das chamadas lideranças políticas tradicionais e que a falta de um partido que pudesse abrigar políticos de outras agremiações que não o PMDB e que tem posições semelhantes aos peemedebistas também foi fatal.

Nem o Biazinho (Bias Fortes), nem o Ferraz, nem o Canedo, nem o Carlos Eloy e muitos outros políticos de peso em Minas conseguiram se eleger. O PFL mingou e o PMDB ficou com todas as vantagens e foi o grande vencedor. Eu, consegui uma primeira suplência porque fui para o PMDB no final. Mas muita gente ficou de fora — disse Israelzinho.

Para ele, velha raposa mineira do estilo do extinto PSD de José Maria Alkimim e Juscelino, há outras justificativas para tantas derrotas inesperadas.

— Aqueles políticos que não tinham uma sólida base para saírem de uma região com a eleição definida ou que não tinham recursos financeiros disponíveis para valer, enfrentando tudo, acabaram de fora da Constituinte. Mesmo gente que foi do PFL para o PMDB se deu mal pois seus chefes políticos eram do PFL e os estavam com Itamar Franco e a coisa dava errada. A mas sa estava

com o PMDB mesmo, afirmou Israel Pinheiro Filho.

Ele garante que as velhas lideranças foram derrotadas por forças como a televisão, que acabou elegendo candidatos sem maior tradição como Acélio Neves, Pimenta da Veiga e Hélio Costa, o fantástico repórter da Globo.

Análises à parte, um curioso fenômeno aconteceu nas eleições para a Câmara Federal e Assembléia Legislativa de Minas Gerais: As urnas derrotaram implacavelmente o velho clã dos Bias Fortes de Barbacena e, por pouco, não liquidaram com seus velhos rivais, os Bonifácio Andrada. Enquanto Biazinho (Christim Jacques Bias Fortes) ficou em uma incômoda décima quarta suplência do PMDB na bancada federal e seu rival em Barbacena, Bonifácio Andrada, ficou com a terceira e última vaga do PDS.

Também as famílias Ferraz, Carone, Coutinho e Ferrara perderam as eleições. O filho do prefeito Sérgio Ferrara não conseguiu se eleger à Constituinte apesar do apoio da máquina de Belo Horizonte e o prestígio familiar. O deputado federal Jorge Ferraz, há quase quarenta anos alternando mandatos estaduais e federais, perdeu a eleição para o Senado e seu filho Paulinho Ferraz, deputado estadual com dois mandatos consecutivos, também não se elegeram à Constituinte.

Na família do ex-prefeito e deputado federal Jorge Carone Filho, nem ele conseguiu uma vaga na Constituinte e nem seus dois filhos Antônio Carlos, vereador que queria ser deputado estadual, pelo PMDB, e Marco Aurélio, que foi para o PFL, se elegeram. A vice-governadora eia e deputada federal, Júnia Marise, não conseguiu eleger a sua irmã, a deputada estadual Vera Coutinho para a Constituinte. Também Saulo Coelho, que pretendia ser eleito constituinte com a força e o prestígio de seu pai, o falecido Ozanan Coelho, ex-deputado e ex-governador em Minas, acabou derrotado.

GOIÁS

Um casal entre os mais votados

Golânia — Em Goiás eles não são chamados de casal 20, como o são Gerson e Rita Camata, do Espírito Santo, mas irão juntos para Brasília: ele, o marido, é o ex-governador e atual deputado federal Irapuan Costa Júnior, eleito senador pelo PMDB, ela, a mulher, Lúcia Vânia Abrão Costa, eiaita deputado federal, a segunda mais votada no Estado. Outro casal bem que tentou, mas, embora tivesse obtido um bom desempenho eleitoral, acabou não se elegendo: o ex-governador Ary Valadão, derrotado na disputa por uma vaga na Câmara, mesmo tendo conseguido 52 mil votos; e Maria Valadão, que chegou a vencer Irapuan em Golânia na disputa pelo Senado, mas que não passou do quarto lugar no cômputo geral.

O governador eleito Henrique Santillo tem mais dois irmãos na política: Adhemar Santillo é prefeito de Anápolis e Romualdo Santillo reelegeu-se deputado estadual. O vice-governador eleito, Joaquim Roriz, tem um irmão eleito deputado estadual, José Roriz. O atual deputado Iturival Nascimento, irmão do secretário de Cultura Iron Nascimento, não conseguiu reeleger-se para a Câmara dos Deputados, mas seu irmão Wagner Nascimento tem mais quatro anos na Assembléia.

Maranhão Japiassu, deputado estadual pelo PMDB e hoje no PDC, foi reprovado nas urnas, e seu irmão, também Maranhão Japiassu, do PMDB, nem chegou a concorrer, pois entrou na lista dos excedentes do seu partido. Igualmente derrotados foram os irmãos Mauro Borges e Paulo Borges, o primeiro candidato ao Governo do Estado e o segundo a deputado federal.

PARÁ

Cametá elege irmãos rivais

Belém — Localizado a 180 KM de Belém, na Região do Médio-Tocantins, o município de Cametá conseguiu eleger os representantes de duas oligarquias tradicionais — os irmãos, do PDS, Gerson Peres, reeleito à Câmara Federal, e Milton Peres, reeleito à Assembléia Legislativa; e os irmãos, do PMDB, Amílcar Moreira, eleito pela primeira vez à Câmara Federal e Agenor Moreira, que volta à Assembléia Legislativa depois de ter cumprido há vários anos seu primeiro mandato político.

Os pedessistas somaram mais de 10 mil dos 28 mil 179 votos recebidos. Em contrapartida, os irmãos pededebistas espalharam seus redutos eleitorais por vários municípios do médio Amazonas — e ainda conseguiram alguma votação na região metropolitana de Belém. Amílcar n Moreira conseguiu 35 mil 191 votos, enquanto que seu irmão ficou com 9 mil 203 votos.

Além dos casos cametaenses, o superintendente da Sudam, Henry Kayath, logrou grande êxito ao incentivar a candidatura do seu filho, Carlos Kayath, para deputado estadual. No momento ele é seu assessor na Sudam — e conseguiu a maior votação para a Assembléia Legislativa (21 mil 406), superando de longe vários políticos tradicionais.

R.G. DO NORTE

Maia e Alves mudam domicílio

Natal (RN) — As duas únicas oligarquias do Estado do Rio Grande do Norte — Maia e Alves — estarão bem representadas quantitativamente no Congresso Nacional, para o qual foram eleitos nesta última eleição dois senadores com sobrenome Maia (José Agripino e Lavoiisier) e uma deputada federal (Wilma Maia) e dois deputados com a força política de Aluízio Alves, há mais de quarenta anos na política norte-riograndense (o filho Henrique Eduardo Alves e o genro Ismael Wanderley).

No poder há doze anos, desde que Tarcsio Maia foi escolhido governador do Estado de forma indireta, os Maia continuaram com os melhores cargos no Executivo do Estado com Lavoiisier Maia, também escolhido indiretamente, e José Agripino, nomeado para prefeito de Natal, como forma de preparar sua candidatura para governador do Estado, que viria a ser de forma direta. Nessa eleição para governador, Agripino teve uma vitória considerada espetacular (com mais de cem mil votos), muito mais porque ganhara de Aluízio Alves, considerado um mito das urnas norte-riograndenses. Tarcsio Maia, pai de José e Tio de Lavoiisier, nunca conseguiu se eleger deputado, nas duas vezes que tentou, e sua oligarquia se formou a partir da família tradicional a qual pertencia e pelos cargos que conseguiu.

Nas eleições de 86, apesar do apoio formal a João Faustino, candidato do PDS-PFL, a grande vitória do grupo Maia foi eleger dois senadores e uma deputada, que é Wilma Maia, casada com Lavoiisier Maia, o senador eleito.

PIAUI

Oligarquias mantêm poder

Teresina — O poder ficou "in family" no Piauí, apesar da renovação quase total dos titulares de mandato eletivo imposta pelas urnas em 15 de novembro passado. Famílias tradicionais do estado dispersaram-se em diferentes partidos para chegar, continuar ou voltar a posições de domínio. A "oligarquização" do pleito de 86 no Piauí começou pelo

próprio PMDB, onde o governador eleito, senador Alberto Silva, foi às urnas levando a tiracolo um filho (Paulo Silva), um sobrinho (João Silva Neto) e um genro (Marcos Parente) como candidatos. O filho e o sobrinho do governador foram eleitos para a Câmara e Assembléia Legislativa, respectivamente. O genro perdeu, talvez porque o eleitor piauiense tenha entendido, neste caso, que genro não é parente.

Pelo PDS, o ex-governador Lucílio Portella, irmão do falecido ministro Petrônio Portella, saiu das urnas vice-governador do Piauí e ainda realizou a prova de eleger a mulher, Myriam, para a Câmara Federal (numa terra que até então só se mandava homens para o Congresso Nacional) e mais um sobrinho (Marcelo Coelho) e um genro (Guilherme Melo) para Assembléia Legislativa.

O ex-governador Hugo Napoleão foi eleito senador pelo PFL, mas amargou a derrota do primeiro Freitas Neto, deputado federal, para o governo do estado, outro primo do candidato derrotado da Frente Liberal ao Governo do Estado, Robert Freitas, foi eleito para a Assembléia Legislativa com expressão votação.

Mas nem só de sucesso viveram os políticos do Piauí. As urnas foram implacáveis com o senador pedessista Helvídio Nunes e sua família. No Senado desde 1979 pelo voto indireto, Helvídio dispôs-se a pedir o voto do povo para voltar ao Congresso. Perdeu a empreitada juntamente com um filho e um sobrinho, postulantes a cadeiras na Assembléia. O deputado federal pefelista Jonathas Nunes — cunhado de Helvídio — e mais um irmão também naufragaram nessa tempestade eleitoral.

Mais duas famílias tradicionais arruinaram-se politicamente nas últimas eleições: Prado e Nogueira. Depois de 20 anos como deputado estadual do PMDB, Ximenes do Prado candidatou-se à Câmara Federal pelo PDT e lançou mais dois filhos à Assembléia. Resultado: todos perderam fragorosamente e ameaçam abandonar a política. O deputado federal Cló Nogueira e seu irmão Aquiles, deputado estadual, são herdeiros da tradição política da família. Também trocaram na última hora o PMDB pelo PFL. O primeiro perdeu a eleição, como candidato a senador e o segundo concorrendo a renovação do mandato.

Enquanto a maioria dos políticos procurou se cercar de candidatos parentes, o sociólogo Antonio José Medeiros, primo do atual governador Bona Medeiros, procurou desvincular-se da oligarquia a que pertence, fugindo dos partidos elitistas e refugiando-se no PT. A tática não funcionou, pois também perdeu a eleição de deputado estadual. Em todos os partidos, outros candidatos, inexpressivos, também lançaram a mulher, cunhados e primos às urnas. Tudo não passou, porém, de um vexame e mais uma experiência de vida pra todos.

RONDÔNIA

Nem pai leva voto ao filho

Porto Velho — No mais jovem Estado do País não houve ainda, talvez pela falta de tradição política, grandes tentativas de transferências de votos e a única que foi tentada acabou não dando certo: O PMDB lançou candidato a deputado federal o economista Ruy Teixeira, filho do ex-governador Jorge Teixeira, mas nem com a força de seu pai, o candidato, que ficou conhecido por "casatinha", conseguiu a eleição.

Aliás, Ruy não conseguiu nem o voto do pai, já que o ex-governador preferiu ficar em Macaé, Rio de Janeiro, sem vir a Rondônia para votar.

Outro que mudou mas não deu certo foi o senador Claudionor Roriz, eleito em 1982 pelo PDS, que passou pelo PFL, esteve no PMDB e acabou candidato a deputado estadual pelo Partido Socialista, não conseguindo nem 3 mil votos, apesar de, em 1982, haver ficado com mais de 80 mil.